

ANFIP orienta associados sobre pagamento da correção monetária da Gefa; veja lista de documentos

A vice-presidente do Conselho Executivo, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, reuniram-se com os advogados do escritório Torreão Braz, no dia 9 de março, na sede da ANFIP, em Brasília, para alinhar os procedimentos que orientarão as execuções da ação de correção monetária da Gefa.

A ação, que transitou em julgado recentemente, terá o início da propositura do cumprimento de sentença. Para isso, os beneficiários (confira listagem na área restrita) devem encaminhar ao Setor Jurídico da Entidade:

1. Procuração assinada;
2. Cópia simples do RG e CPF;



3. Fichas financeiras do período compreendido entre dezembro de 1989 e julho de 1991; e

4. Comprovante de pagamento único no valor de R\$ 150,00, a título das custas referentes aos cálculos.

Atenção: As fichas financeiras devem ser requeridas nas Unidades de Gestão de Pessoas. Clique no link para acessar os contatos de cada estado:

www.catalogodeservicos.economia.gov.br/unidades-de-gestao-de-pessoas

As cartas com todos os detalhes e orientações sobre a execução da Gefa foram enviadas pela ANFIP aos interessados.

Para mais informações, entre em contato com o Jurídico da Associação por meio do telefone (61) 3004-9197 ou do e-mail juridico@anfip.org.br.

Atenção, fazendários! Confira importantes informações sobre a Gifa

A ANFIP, visando garantir os direitos dos associados e na defesa de seus interesses, esclarece, a seguir, alguns pontos importantes aos associados de origem fazendária que executam o processo Gifa (Gratificação de Incremento de Fiscalização e Arrecadação).

Primeiramente, cabe ressaltar que as execuções nas quais figuravam como partes os Auditores oriundos da Receita Federal foram julgadas improcedentes em razão da ilegitimidade ativa da Entidade, visto que a sentença limitou o reconhecimento do título executivo aos associados constantes na listagem inicial do processo, que têm origem previdenciária.

A Associação não mediu esforços e continuou atuando para afastar desses exequentes a possibilidade de arcarem com o pagamento de honorários sucumbenciais. Neste sentido, estando em fase final de definir os parâmetros de um acordo para dar celeridade ao processo, a ANFIP conseguiu incluir uma cláusula que exime do referido pagamento os exequentes de origem fazendária.

Para isso, será necessário o envio do termo de desistência, devidamente assinado, acompanhado de cópia simples do documento de identidade. A documentação deve ser encaminhada para o e-mail juridico@anfip.org.br. Baixe [AQUI](#) o termo de desistência.



Importante: O sindicato da categoria tem uma ação sobre o mesmo assunto, que permite o ingresso dos fazendários. Entretanto, o prazo para autorizar o cumprimento de sentença encerra-se no dia 3 de abril de 2022. Atualmente, a ANFIP está em contato com o Sindifisco Nacional a fim de viabilizar o ingresso dos associados na demanda.

Faça já sua inscrição para o XVII Encontro Nacional
PÁGINA 2

Doe parte do seu Imposto de Renda a fundos especiais de amparo social
PÁGINA 5

Plano de saúde Unimed/ANFIP com Carência Zero até 31/3
PÁGINA 6

ANFIP se reúne com advogados para discutir acordo nos 28,86%

No dia 10 de março, as vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), juntamente com os advogados do Setor Jurídico da ANFIP, reuniram-se com representantes do escritório Mota & Advogados Associados, na sede da Entidade, em Brasília. Na ocasião, foram debatidos os procedimentos para o acordo da ação dos 28,86%, que está sendo tratado entre o escritório patrono e a Procuradoria-Geral da União da 1ª Região.

A ANFIP está estudando meios para dar celeridade nas assinaturas dos termos individuais do acordo, que deverão ter a ciência dos exequentes, do escritório Mota & Advogados Associados e dos próprios procuradores federais. Por ser um procedimento burocrático, que demanda tempo, foi apresentada a plataforma SIREA



(Sistema de Requisição de Pagamento Ágil), que foi criada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região para que os próprios advogados possam trabalhar na expedição dos ofícios requisitórios após a homologação do acordo.

Faça já sua inscrição para o XVII Encontro Nacional

Faça já a sua inscrição para o evento mais esperado pelos associados da ANFIP! O XVII Encontro Nacional acontece nos dias 5, 6 e 7 de maio, no CentroSul de Florianópolis, localizado na Avenida Governador Gustavo Richard, 850 – Centro.

O Encontro é promovido pela ANFIP em parceria com a Estadual de Santa Catarina (ANFIP-SC). Não fique de fora! Será um momento especial de confraternização e de debates relevantes.

Além da interação entre os associados, serão abordados temas de destaque, como os desafios da carreira de Auditor Fiscal. A ocasião também é uma ótima oportunidade para conhecer um pouco mais da encantadora Ilha de Santa Catarina, que reúne paisagens naturais deslumbrantes, patrimônios históricos, gastronomia diversificada e infraestrutura de ponta.

Faça agora mesmo sua inscrição na página oficial do XVII Encontro Nacional ([AQUI](#)).

No site do evento, também estão disponíveis os melhores pacotes de hospedagem e passeios turísticos, bem como os contatos para realizar a cotação de passagens aéreas com a Açoriana Turismo.

Sobre a dispensa de ponto, clique [AQUI](#) para saber o prazo e todas as informações.



Expediente

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

ANFIP e Frente do Serviço Público analisam conjuntura política

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público se reuniu, na segunda-feira (14/3), para avaliar a conjuntura política e discutir estratégias em defesa do serviço público. Pela ANFIP, participaram o presidente Vilson Antonio Romero e os vice-presidentes Gilberto Pereira (Estudos e Assuntos Tributários) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), que conduziu o encontro. O deputado Rogério Correia (PT/MG) também participou da reunião.

José Arinaldo criticou a desvalorização do trabalho da Receita Federal do Brasil. “Ao longo dos anos o fisco federal vem sendo desprestigiado e desconsiderado pelo governo. É injusto, pois é um trabalho que recolhe e garante recursos que financiam o Estado”, lamentou.

Vilson Romero sugeriu pautas relevantes que devem ser discutidas pelas lideranças, como providências necessárias à retomada do trabalho presencial no serviço público federal e os atrasos na concessão de aposentadorias.

O consultor parlamentar da Frente, Vladimir Nepomuceno, alertou sobre a possibilidade de a Reforma Administrativa



(PEC 32/20) ser votada no segundo semestre de 2022 e reforçou que as entidades devem ficar atentas e definir ações contra a matéria para o período pós-eleitoral.

ANFIP acompanha tramitação da PEC 110 no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado encerrou na quarta-feira (16/3) a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/19, que prevê alterações no sistema tributário brasileiro. Conforme acordo firmado entre os membros do colegiado, a votação da matéria ficará para a reunião da próxima semana, sendo o primeiro item da pauta.

O senador Roberto Rocha (PSDB/MA), relator da PEC, publicou complementação de voto, que indica a aprovação da proposta na forma do **substitutivo**. A matéria recebeu um total de 253 emendas.

“Era esperado que houvesse a votação do texto, mas alguns senadores se opuseram e, mais uma vez, a votação foi adiada. Por ser um tema de alta complexidade, a resistência a mudanças no sistema tributário é compreensível”, afirma o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, que acompanhou a reunião da CCJ.

Apesar da importância de alterar a Constituição, o vice-presidente lembra que essa não é a única medida a ser tomada. “O mais alarmante é o desejo de querer que o texto da Constituição seja a solução para tudo,

esquecendo que é a regulamentação que deve ser o palco para dirimir as querelas”, alerta. Gilberto Pereira avalia que, por ser ano eleitoral, o cenário para aprovação da matéria não é muito favorável, ainda que o tema esteja percorrendo há anos os corredores do Congresso Nacional e que haja clamor da sociedade pelo fim da injusta carga tributária sobre os mais pobres.

Simplificação - A proposta simplifica os tributos que incidem sobre consumo e produção, ao criar o modelo dual do Imposto de Valor Agregado (IVA). O IVA Subnacional será composto pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS), resultado da fusão do ICMS (imposto estadual) e do ISS (imposto municipal), para estados e municípios. Na outra frente, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unifica tributos federais (IPI, Cofins e Cofins-importação, PIS e Cide-combustíveis), arrecadados pela União, e formará o IVA Federal.

Para o professor e economista da Unicamp, curador do projeto Reforma Tributária Solidária, Eduardo Fagnani, o IVA dual é um ponto positivo, já que as duas propostas em tramitação (PEC 45/19 e 110/19), até então, trabalhavam com um IVA único, o que gerava problemas de repartição

de receitas. “Estados e municípios perderiam”, avalia. A preocupação, segundo o professor, é garantir que os recursos da CBS estejam vinculados à Seguridade Social. “Precisamos ver se eles têm a magnitude do PIS e Cofins, que representam hoje quase 4% do PIB. Se não tiverem, será preciso de fontes adicionais”, afirma.

Na avaliação de Fagnani, a PEC 110/19 é um bom projeto para simplificação da tributação sobre o consumo, porém se limita a isso. “É importante, mas é insuficiente”, acredita. A proposta traz apenas uma medida redistributiva, que é a devolução parcial do ICMS para as famílias de baixa renda, sem fixar, entretanto, de quanto seria essa reposição. Alguns estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, conforme explica o economista, conseguem, porém muitos estados não conseguirão adotar essa medida.

Outra crítica sobre a PEC 110 é que o relator Roberto Rocha prevê uma transição de 40 anos para passar do ICMS e ISS para o IBS. “Durante 40 anos vamos ter um sistema tributário ainda mais complexo, pois teremos as regras atuais e as regras futuras. Não há sentido para uma transição de 40 anos. Isso é extremamente crítico”, conclui Fagnani.

ANFIP e Pioneiros da Regulação discutem interesses de aposentados

A ANFIP se reuniu, na terça-feira (15/3), com o representante da Comissão Pioneiros da Regulação, João Martins Junior, para discutir a possibilidade de cooperação e apoio em temas comuns, em especial, acerca da defesa dos interesses de servidores aposentados.

João Martins comunicou que os pioneiros têm realizado um trabalho de sensibilização junto ao Parlamento e destacou a importância da colaboração das organizações representativas de servidores. “Acreditamos que iniciativas de cooperação com entidades que se

dedicam verdadeiramente a essas pautas nos fortalecem e nos impulsionam em direção aos resultados pretendidos”, disse.

Os vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) informaram que o trabalho de união dos aposentados também deve ser feito através do Instituto Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas). A vice-presidente Executiva, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, também



participaram do encontro.

Pioneiros da Regulação é uma comissão de servidores públicos federais, formada pelos primeiros quadros das Agências Reguladoras pertencentes aos Planos Especiais de Cargos.

Conselheiros apresentam à Benevix sugestões sobre o plano de saúde

Na terça-feira (15/3), a Comissão de Saúde da ANFIP esteve em reunião híbrida com a Benevix, administradora do plano Unimed Vitória, para discutir pontos de melhoria nos contratos de saúde oferecidos pela Entidade. Na ocasião, foram feitas críticas e sugestões a fim de entregar serviços mais eficientes e disponibilizar o devido apoio ao quadro associativo beneficiário, tanto da capital quanto dos estados.

Os representantes da Benevix aproveitaram a oportunidade para prestigiar a parceria com a ANFIP, entregando uma placa de homenagem assinada pela diretora Comercial, Vanessa Kischner, e pelo gerente de Relacionamento, Igor Brum. A placa simboliza uma nova fase para as instituições, que, juntas, pretendem superar a qualidade do plano oferecido pelo mercado, priorizando, especialmente, a experiência dos associados anfipianos e seus dependentes. Os trabalhos já estão em andamento e prometem novidades até o segundo semestre de 2022.

Participaram do encontro os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Tereza Liduína Santiago Félix



(Aposentadorias e Pensões) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), além dos integrantes Luiz Carlos Correa Braga, do Conselho Fiscal, e José Geraldo de Oliveira Ferraz (ES) e Benedito Cerqueira Seba (MT), do Conselho de Representantes.

Plano Unimed/ANFIP

Mais informações sobre os contratos oferecidos pela ANFIP, com as melhores condições do mercado, podem ser conferidas [AQUI](#).

Comissão planeja detalhes do XVII Encontro Nacional

A Comissão Organizadora do XVII Encontro Nacional da ANFIP realizou reunião virtual, na quinta-feira (17/3), para discutir pontos relacionados ao planejamento do evento. A edição, adiada anteriormente devido à pandemia, receberá presencialmente convidados especiais, atrações musicais e associados de todo o Brasil, respeitando à risca as medidas de biossegurança recomendadas pelas autoridades sanitárias.

Na videoconferência, estiveram presentes o presidente Vilson Antonio Romero e os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executiva), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação); o presidente e a vice-presidente da Estadual de Santa Catarina (ANFIP-SC), Floriano José



Martins e Cleusa Maria Scherer; além dos colaboradores Mauro Justino (Administração), Zuleide Miranda (Secretaria) e Gilmar Vitalino (Comunicação Social).

AÇÃO FISCAL

Receita Federal localiza 617 kg de cocaína no Porto de Santos

Uma operação conjunta da Receita Federal e da Polícia Federal, realizada na quarta-feira (16/3), evitou que 617 kg de cocaína fossem embarcados no Porto de Santos. A droga estava oculta em um carregamento de levedura com destino à Bélgica.

A carga de 26 toneladas foi selecionada através da Gestão de Riscos da Receita Federal, com análise das operações de exportação e utilização de imagens de escâneres. Durante a inspeção foi utilizado o cão de faro da Alfândega da Receita Federal em Santos.

Como responsável pelo controle aduaneiro no país, a Receita Federal busca assegurar a facilitação do comércio internacional e a segurança aduaneira, garantindo que as cargas não sejam utilizadas como meios para



o cometimento de ilícitos.

A droga apreendida nessa operação conjunta ficará sob guarda da Polícia Federal, que prosseguirá com as investigações a partir de informações da Receita Federal. A troca de informações é essencial para a

abertura de um novo inquérito policial ou para trazer novos elementos para os que estão em curso.

Fotos, planilha, vídeos e gráfico atualizados podem ser conferidos [AQUI](#).

Fonte: Receita Federal/ Gov.br

RFB destaca trabalho de repressão e vigilância da Corep

Em destaque aos trabalhos desempenhados pela Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep), a Receita Federal do Brasil (RFB) produziu um vídeo explicativo sobre a história, a

atuação e a importância da Corep para os resultados do órgão, bem como para a proteção à economia e para a segurança nacional.

Confira o material [AQUI](#).

Campanha Destinação: doe parte do seu Imposto de Renda a fundos especiais de amparo social

Você sabia que pode destinar parte do seu Imposto de Renda para garantir um futuro melhor para crianças, adolescentes e idosos? Isso mesmo! No ato da declaração do IRPF 2022 é possível destinar uma parte do seu imposto devido aos Fundos Especiais de amparo social controlados pelos Conselhos e fiscalizados pelo Ministério Público.

É possível destinar até 3% do imposto devido para os Fundos da Criança e do Adolescente e até 3% ao Fundo do Idoso por meio da ficha “Doações Diretamente na Declaração” do programa gerador. Depois do preenchimento, basta imprimir o Darf e pagar até o último dia do prazo de entrega, em 29 de abril.

A Pessoa Física não pagará um valor maior de imposto nem terá o valor de sua restituição diminuído. Apenas permitirá que parte do imposto devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual, seja destinado diretamente para um fundo social.

As Pessoas Jurídicas também podem fazer a destinação. Com o advento da Lei nº 12.594/2012, o limite para destinação feito pelas PJ passou a ser de 1% para cada um dos fundos, desde que sejam tributadas com base no lucro real e destinem no decorrer do ano-calendário.

As doações efetuadas por meio da destinação do Imposto de Renda são uma das principais formas de captação de



recursos dos fundos sociais. Esses recursos devem ser aplicados, exclusivamente, nos programas e ações de proteção, defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa e das crianças e adolescentes, sob a orientação dos respectivos Conselhos, sujeitos à fiscalização do Ministério Público. Essa é uma efetiva ação de cidadania que interfere direta e positivamente na realidade social. Faça sua doação!

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Plano Unimed/ANFIP com carência zero e preço diferenciado; faça sua adesão!

A ANFIP garantiu mais tempo de Carência Zero e Taxa Zero de Adesão para os associados que desejam contratar o plano de saúde Unimed Vitória, válido para todo o território nacional. E não para por aí! Além da carência zero, disponível até 31 de março, o reajuste de mensalidades será somente em fevereiro de 2023 e o usuário ainda tem acesso ao plano odontológico sem custo adicional.

Estão disponíveis os contratos 8444, que possui um dos menores preços oferecidos no mercado, com mensalidades a partir de R\$ 195,81; e 6848, com mensalidades a partir de R\$ 232,39 e isenção da cobrança de coparticipação para

procedimentos realizados até 31 de janeiro de 2023.

A campanha é exclusiva para associados da ANFIP, portanto, caso você ainda não o seja, acesse [AQUI](#) e preencha o formulário. Os novos associados que aderirem ao plano no período da campanha também ganham isenção de três mensalidades associativas.

Não perca tempo! Aproveite a oportunidade de economizar e garantir esse cuidado para você e para sua família! Entre em contato com a central de vendas pelo telefone 0800 591 0534 ou no site da Benevix ([AQUI](#)) e solicite uma proposta.

CONTRATO 8444

PLANO COLETIVO ADESÃO		
8444 - Premium Nacional		
Faixa etária	Enfermaria	Apartamento
	Nº 466.263/12-6	Nº 466.267/12-9
00 a 18	R\$ 195,81	R\$ 235,89
19 a 23	R\$ 211,13	R\$ 254,10
24 a 28	R\$ 228,00	R\$ 274,43
29 a 33	R\$ 262,93	R\$ 312,56
34 a 38	R\$ 283,95	R\$ 337,58
39 a 43	R\$ 301,15	R\$ 361,66
44 a 48	R\$ 479,84	R\$ 578,09
49 a 53	R\$ 500,47	R\$ 602,95
54 a 58	R\$ 521,05	R\$ 627,78
Acima 59	R\$ 1.085,13	R\$ 1.242,42

CONTRATO 6848

PLANO DE SAÚDE UNIMED-ANFIP			
ANFIP - Associados ANFIP e Dependentes Legais			
Faixa etária	Enfermaria	Apartamento	Rede Diferenciada
00 a 18	R\$ 232,39	R\$ 280,32	R\$ 540,57
19 a 23	R\$ 260,29	R\$ 313,99	R\$ 605,40
24 a 28	R\$ 299,30	R\$ 361,05	R\$ 696,21
29 a 33	R\$ 329,23	R\$ 397,18	R\$ 765,84
34 a 38	R\$ 388,52	R\$ 468,65	R\$ 903,70
39 a 43	R\$ 446,80	R\$ 538,95	R\$ 1.039,26
44 a 48	R\$ 580,81	R\$ 700,65	R\$ 1.351,01
49 a 53	R\$ 755,06	R\$ 910,87	R\$ 1.756,32
54 a 58	R\$ 1.011,79	R\$ 1.220,55	R\$ 2.353,46
Acima 59	R\$ 1.386,13	R\$ 1.672,16	R\$ 3.224,25

Contrato Firmado em Janeiro de 2014

Próximo Reajuste / Fevereiro de 2023

Jusprev disponibiliza cartilha de orientação para Declaração do IR

A Jusprev, parceira da ANFIP, desenvolveu uma cartilha exclusiva para esclarecer as possíveis dúvidas dos associados a respeito da Declaração do Imposto de Renda 2022. O material foi elaborado em conjunto com a especialista em finanças Myrian Lund e tem o objetivo de auxiliar os cidadãos durante o processo, considerando as novidades estabelecidas pela Receita Federal do Brasil.

A cartilha pode ser baixada [AQUI](#).

Rendimentos recebidos acumuladamente – No site Gov.br é possível fazer uma simulação do imposto de renda devido

sobre rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), que se referem a anos-calendário anteriores ao do recebimento e, portanto, possuem tratamento tributário específico.

Este tratamento é conferido quando os rendimentos são decorrentes de:

- aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e
- rendimentos do trabalho.

A ferramenta de cálculo está disponibilizada [AQUI](#).

Aproveite as ofertas exclusivas da Semana do Consumidor

As ofertas desta semana do ANFIP Tem +Vantagens foram preparadas especialmente para você e sua família! São centenas de produtos e serviços, dos mais diversos segmentos, com garantia de qualidade e economia.

Empresas como Renner, Evino, Eletrolux, Bilheteria, Fast Shop e Uniquebox com descontos especiais.

Acesse a plataforma ([AQUI](#)) e aproveite as vantagens do seu Clube.

